

NARRATIVAS DA ARQUITETURA CAPIXABA: Arquiteturas singulares, história e cidade. Subsídios à pesquisa

DIAS, FABIANO VIEIRA (1)

1. Mestre pelo PPGAU-UFES. Professor das Faculdades Integradas de Aracruz. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Rua Euzira Vivacqua, 140, apto 502. Jardim Camburi, Vitória-ES. CEP.: 29090-350
fvieira@fsjb.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a selecionar e inter-relacionar temas históricos das disciplinas da arquitetura e do urbanismo, que no mérito desta pesquisa, denominam-se como as grandes narrativas da arquitetura e urbanismo. Estas, de forma direta ou indireta, buscam atualizar os conceitos originais e históricos desses grandes temas, surgidos em meio aos debates da retomada histórica da arquitetura, a partir da metade do séc. XX.

Temas relevantes para as narrativas da arquitetura e urbanismo, enquanto disciplinas ligadas à cidade serão trabalhadas em suas particularidades, como forma de entendimento primário de seus conceitos e, dentro do escopo da pesquisa, interligadas através do estudo de arquiteturas singulares capixabas, escolhidas pela sua importância histórica e urbana local e para a própria história urbana do Espírito Santo. Dentre as grandes narrativas de interesse desta pesquisa, têm-se as seguintes: as relações entre as similaridades e diferenças nos conceitos de lugar e espaço; as relações entre forma e função; entre os espaços públicos e privados; as formas de composição arquitetônica a partir das escalas e proporções fornecidas pela geometria; da sustentabilidade como novo discurso e narrativa histórica da arquitetura e do urbano; além dos estudos históricos da tipologia arquitetônica, da morfologia urbana e da paisagem, entre outras.

O interesse especial por estas grandes narrativas se dá pela relação que possuem, em última instância, com o ato de projetar e o papel do arquiteto no processo de construir a cidade, em seus variados níveis de significação e técnica. Estas, por fim, permeiam a história da arquitetura e do urbanismo e têm, no contemporâneo, um papel primordial para o estudo da cidade.

Esta pesquisa se subsidia na constatação, feita por Argan, de que a sociedade contemporânea vive um momento de crise "em todas as atividades humanas" (ARGAN, 1998, p. 157). Esta crise é também a "crise da cidade", segundo o autor, sendo esta última entendida como um projeto cultural humano e considerando-se que a própria conceituação de projeto e cultura é partícipe deste momento de crise. Entretanto, a arquitetura unida à cidade - e como parte de uma história comum - assume-se de significados diversos em suas formas, a partir de um contexto caracteristicamente mais complexo, formado por um conjunto variado de textos, como explica Argan (1998, p. 163), no processo de interpretação histórica e cultural da cidade.

Palavras-chave: Narrativas; Arquiteturas; Espírito Santo.

Introdução

As pesquisas historiográficas engendradas a partir da metade do último século estudaram a formação das estruturas urbanas das cidades europeias através de levantamentos históricos de elementos-chave de sua constituição. Nomes como os de Giulio Carlo Argan e Aldo Rossi são fundamentais para o entendimento da historiografia da cidade; e na América Latina, a argentina Marina Waisman é figura central para o estudo da historiografia urbana, contextualizada na realidade histórica das cidades latino-americanas.

Além desses autores, ligados diretamente a história da arquitetura e da cidade, nomes como do filósofo Paul Ricouer e do semiólogo Roland Barthes são introduzidos no estudo para a interdisciplinaridade dos conceitos de narrativa, apropriados nessa pesquisa como fundamentos para o debate da história da cidade e de sua arquitetura.

Este artigo persegue a hipótese de que cada cidade é em sua superfície uma arqueologia vivenciada por seus monumentos e espaços. Cada texto que compõe a cidade narra uma parte de sua história, que congrega no urbano experiências e vivências que mesclam relações sociais, econômicas, políticas e históricas, no bojo do amplo espectro do que se denomina de cultura, inscrita (ou sobrescrita) em camadas históricas do urbano como um texto escrito em pedra.

As **grandes narrativas da arquitetura e do urbanismo** estudadas nesta pesquisa são analisadas e trabalhadas além de sua particularidade, e unidas em torno do que defende Rossi para a inter-relação dos fatos urbanos como base do entendimento da cidade (ROSSI, 1992, p. 114). Como narrativas, não interessam somente seus valores quantitativos, mas, tão importante quanto serão seus valores qualitativos, ou seja, a origem de seus significados e como estes se relacionam e se moldam na realidade histórica de cada arquitetura e seu contexto.

Entende-se por grandes narrativas a capacidade que campos interdisciplinares de pesquisa ligados direta ou indiretamente às disciplinas da arquitetura e urbanismo, possuem, de forma integrada, de comunicar e traduzir a história da cidade, no tempo e no espaço. As narrativas seriam, nos termos de Roland Barthes, formadas por “estágios” históricos, completados então, em sua existência, por “encadeamentos”, em que a linha principal da narrativa seria alimentada por eixos verticais de acontecimentos ou fatos. Estes darão, ao longo da existência da narrativa, sua significação, ou como explica o autor, “a significação não está ‘ao cabo’ na narrativa, ela a atravessa” (BARTHES *in* BARTHES, 1976, p. 26).

Como fio condutor, buscam-se na historiografia da arquitetura exemplares arquitetônicos – denominados de **arquiteturas singulares** - que tenham a capacidade, no tempo histórico, de

agrupar em seu corpo físico as características dessas grandes narrativas, como interlocutores históricos das transformações urbanas expressas pelas mesmas.

Especificamente essas arquiteturas serão escolhidas nas escalas e abrangências de cidades capixabas, estudadas dentro dos limites da pesquisa em andamento. Cidades de relevância histórica para a própria história do Espírito Santo serão elencadas a partir de sua constituição urbana e de sua arquitetura, para identificar e analisar a hipótese lançada quanto à pregnância dessas narrativas na história do urbano de cada uma delas.

A pesquisa sobre o tema teve origem na dissertação de mestrado defendida pelo autor no ano de 2014 (Ver DIAS, 2014), onde o antigo prédio jesuítico de São Tiago na cidade de Vitória-ES, hoje, Palácio Anchieta, foi analisado e enquadrado em três das grandes narrativas da arquitetura e urbanismo: a tipologia, a morfologia urbana e a paisagem. Este artigo abre uma nova perspectiva de pesquisa onde se pretende ampliar e aplicar os conceitos das grandes narrativas em novas arquiteturas singulares capixabas. O ponto de partida é a cidade de Linhares, localizada no norte do Estado do Espírito Santo, e sua origem de influências coloniais do começo do séc. XIX.

A metodologia se baseia em estudos conceituais das narrativas de autores específicos, unificados, por conseguinte, em torno das arquiteturas selecionadas, e que por sua vez, serão catalogadas, ao longo da pesquisa, através de levantamentos qualitativos e quantitativos para seu enquadramento em narrativas específicas, dadas por sua própria história ao longo do tempo.

O conteúdo desse artigo apresenta, ainda de forma inicial, ambas as questões básicas da pesquisa em desenvolvimento: a) O tema das narrativas envolve uma variada gama de disciplinas ligadas pela história, tendo o foco (e o fim) na cidade e sua arquitetura e, b) O próprio conceito de arquitetura (singular) é trabalhado aqui de forma multidisciplinar: não só interessa o edifício construído, suas peculiaridades tipológicas, construtivas, formais e estéticas, mas, o conjunto de espaços urbanos, formados ou não por arquiteturas e por fim, a paisagem que este conjunto constrói ao longo da história.

1. Narrativas em perspectiva: história, historiografia, linguagem e arquitetura

Paul Ricouer define as narrativas na história (historiografia), na literatura (história *versus* estória) e filosofia (filosofia da história), como uma construção temporal que cria, em última instância, a própria experiência humana de sua existência. Para o filósofo, as narrativas só têm sentido ao expressar o tempo; e são, por outro lado, duas metades que “se reforçam mutuamente” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 16) para descrever o tempo humano:

O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo: em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência humana (RICOUER, 1994, t. 1, p. 15).

As narrativas são acontecimentos descritos pela história, base de fontes literárias interpretativas e substância da filosofia que tem na história os conteúdos morais para o debate; coisas passadas que ligadas ao futuro estabelecem um lugar na história: um “onde” do qual se questiona Santo Agostinho pela interpretação de Ricouer, pois a questão que se põe o primeiro é saber “onde as coisas são”, ou, em que tempo-lugar as coisas acontecem (RICOUER, 1994, t. 1, p. 26).

Esse “sítio” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 26) é uma construção presente formada pelo passado e o futuro, “adjetivos”, segundo Ricouer (1994, t. 1, p. 26) de uma qualidade temporal que descrevem as narrativas por meio de acontecimentos que ainda podem acontecer ou já existiram. Na verdade, a narrativa ao predizer “acontecimentos que ocorrem tal como os havíamos antecipado” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 26) estão na origem desses acontecimentos. Elas não são os acontecimentos em si, mas são sua história: os acontecimentos são fatos ocorridos, ou seja, estão na escala do real, na concretude da experiência vivida ao longo de um tempo; as narrativas, por outro lado, são os entrelaçamentos possíveis que deram ou dão origem a esses fatos.

Por estas relações, as narrativas também estão na base das construções das memórias das histórias e seus lugares. O passado e o futuro, ou, as memórias de coisas passadas e a espera do porvir – “A história é antes de tudo a memória” (ARGAN, 1998, p. 158) -, estão na mesma medida no presente, já que este último, enquanto intermédio, é o lugar do cruzamento de ambos. Essa é por fim, a base da construção narrativa: historiografias que recorrem do passado e constroem o futuro pela interpretação histórica no presente.

A história pela definição de Ricouer, “descreve uma sequência de ações e de experiências feitas por um certo número de personagens, quer reais, quer imaginários” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 214). Portanto, ao descrever, narra, e ao narrar, através ou pela reinterpretação de fatos e acontecimentos pode recriar a história a partir de uma nova prova, e, a “resposta a essa prova conduz a história à conclusão” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 214). E quanto a essa “história narrativa”, o autor completa:

(...) tem como objeto as ações passadas que puderam ser registradas ou que se pode inferir por meio de autos ou de memórias; a história que escrevemos é a de ações cujos projetos ou resultados podem ser reconhecidos como aparentados aos de nossa própria ação; nesse sentido, toda história é um

fragmento ou segmento de um só mundo da comunicação (...) (RICOUER, 1994, t. 1, p. 216).

A historiografia, como história narrada, é uma coligação de eventos (RICOUER, 1994, t. 1, p. 223), ou como explica Barthes, “encadeamentos” de outras histórias. Essa construção da narrativa é também uma reconstrução da história, pois organiza dados que “se relacionam a uma temporalidade” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 243). Para Barthes, a própria temporalidade só se caracteriza como representante do tempo através da narrativa, já que é parte desta como uma “classe estrutural” (BARTHES *in* BARTHES, 1976, p. 37). O tempo da narrativa é um tempo histórico, descrito por acontecimentos, ou seja, construído (ou reconstruído) por outras histórias que alimentam o eixo central da narrativa.

Waisman fala das diferenças entre as temporalidades da historiografia geral e da historiografia que dá conta das artes e arquitetura. Enquanto para a primeira, o objeto “deixou de existir no tempo” (WAISMAN, 2013, p. 11), corroborado pela semiologia de Barthes - já que “do ponto de vista da narrativa, o que chamamos de tempo não existe, ou pelo menos só existe funcionalmente, como elemento de um sistema semiótico” (BARTHES *in* BARTHES, 1976, p. 37) -, para a historiografia das artes e da arquitetura, o objeto “existe por si mesmo, e o trabalho do historiador tem que partir dessa realidade presente” (WAISMAN, 2013, p. 11).

A autora ainda argumenta que, enquanto para a historiografia geral o “protagonista” pode ser um “acontecimento, um personagem ou uma cultura que teve lugar no tempo e desapareceu” (WAISMAN, 2013, p. 11) deixando ao longo da história “testemunhos”, na historiografia da arte e arquitetura o protagonista é a própria obra, que passa, portanto, a ser o “testemunho histórico principal e imprescindível” (WAISMAN, 2013, p. 11-12). Ou seja, pegando-se o exemplo de uma obra arquitetônica que estende sua existência ao longo do tempo, tem-se por complemento, que essa arquitetura ultrapassa sua qualidade enquanto tal, ao atribuir-se de uma qualidade maior a qual Waisman chama de “extra-histórica”, quando a arquitetura assume um caráter ou valor artístico enquanto monumento (WAISMAN, 2013, p. 12-13).

Mas Ricoeur retoma a questão dos acontecimentos para explicar o próprio conceito de história. Para o autor, história é como já dito, um ato de operar coligações, ou seja, ao citar Whewell e Walsh, é “explicar um acontecimento retrazando suas relações intrínsecas com outros acontecimentos e em situá-lo no seu contexto histórico” (WHEWELL e WALSH *apud* RICOEUR, 1994, t. 1, p. 223). As análises desses acontecimentos se sucedem através de hipóteses, as quais, segundo Ricoeur, não podem ser falsificadas, como ocorrem nas ciências, pois em história, as hipóteses atuam como “guias” e não como referenciais científicos (RICOUER, 1994, t. 1, p. 223). Dessas são extraídas conclusões a partir de uma “narrativa interpretativa” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 223), a qual, por fim, é um juízo e não um método em

si, já que a prova não está no fato, mas, ao longo da narrativa “que sustente as conclusões” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 223).

Mais à frente, Ricoeur trabalha exatamente o que diferencia Waisman sobre a historiografia geral e a das artes e arquitetura. Para o filósofo, em especial, esta distinção acontece sobre duas linhas da historiografia, referenciando-se à Mandelbaum: a da “história geral” e as das “histórias especiais”. Ricoeur distingue ambas da seguinte forma:

A história geral tem como tema sociedades particulares, tais como povos e nações, cuja existência é contínua. As histórias especiais têm como tema aspectos abstratos da cultura, tais como a tecnologia, a arte, a ciência, a religião, que, na falta de uma existência contínua própria, só são ligadas entre si pela iniciativa do historiador responsável pela definição do que conta como arte, como ciência, como religião, etc. (RICOUER, 1994, t. 1, p. 278).

Essas são distintas aparentemente, mas estão interligadas por suas questões básicas: na historiografia geral (ou global, como completa Ricoeur), a história de sociedades particulares, descrita através dos fenômenos sociais, políticos, econômicos, etc., se notabiliza em mostrar através dessas narrativas, de forma independente ou em conjunto, as “facetas” do seu desenvolvimento histórico (RICOUER, 1994, t. 1, p. 279). Pelas historiografias especiais (ou especializadas, ainda segundo Ricoeur), os diversos matizes culturais se constituem em “classes de atividades” ligadas às áreas da cultura – “técnicas, ciência, arte, literatura, filosofia, religião, ideologia” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 279) – como fonte de construção da história narrativa, seja de forma igualmente independente ou em conjunto.

Em ambas, suas facetas e classes são, nos termos de Ricoeur, “artefatos” metodológicos, pois não se caracterizam como uma “totalidade concreta” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 279). Ricoeur ainda conclui que análises de obras de arte, por exemplo, enquanto um artefato cultural de uma historiografia especializada, podem remeter à historiografia global, pois de certa forma, recebem influências dessa última:

As obras [de arte] inscrevem-se nas tradições e nas tramas de influências, que marcam seu enraizamento na continuidade histórica das sociedades particulares e recebem desta uma continuidade de *empréstimo* (RICOUER, 1994, t. 1, p. 279).

É na aparente autonomia de cada historiografia que se encontra a possibilidade de relacioná-las, pois mesmo admitindo-se que a historiografia geral seja mais objetiva que a especial, como argumenta Ricoeur, é também possível “ajustar entre eles pontos de vista diferentes sobre o mesmo acontecimento ou ajustar entre elas as facetas (política, econômica, social, cultural) dos mesmos acontecimentos” (RICOUER, 1994, t. 1, p. 280, nota 25).

De forma correlata às narrativas, tem-se que a cidade pode como defende Argan, ser entendida como um conjunto de textos que “realiza um contexto” (ARGAN, 1998, p. 159). Ou seja, ao longo da história urbana das cidades – fixando a atenção nas cidades ocidentais – sua construção foi pautada por uma série de textos – gerais e específicos – que construíram, a partir de suas narrativas, historiografias marcadas por fatos descritos ou acontecimentos, e que invariavelmente, marcaram e ainda marcam a cultura dessas cidades.

Além disso, a cidade, sobre esse viés de Argan é “idealmente uma obra de arte” (ARGAN, 1998, p. 159), a qual, além de ser o resultado de um conjunto de textos, é também um artefato ou produto das “técnicas urbanas” (ARGAN, 1998, p. 159), que é por fim, um dos textos da historiografia especializada de Ricouer. As cidades são, em última instância, a sede das narrativas. São tanto o pano de fundo como o próprio constructo de histórias que as marcam no tempo histórico, o qual é por concepção ontológica, o tempo humano.

Sua arquitetura se torna produto dessa história, parte de uma narrativa em constante construção. A arquitetura enquanto objeto ou um artefato isolado faz parte da crise por que passa o estágio atual da produção arquitetônica, e em última instância, do projeto. Projetar em arquitetura é construir uma (re) valorização da arquitetura pelas relações entre o objeto projetado e o sujeito que usufruirá da arquitetura (ARGAN, 1998, p. 159). Essa revalorização da arquitetura cria novas ligações, novas histórias e construções narrativas.

A arquitetura, então, deixa de ser um mero artefato isolado e alcança o status de um artefato maior, um “superartefato”, nos termos de Najjar (2011, p. 82). Enquanto tal – apropriando-se de um termo arqueológico¹ – o objeto arquitetônico é entendido como um todo em sua relação com o território construído por relações espaço-sociais ou espacialidades, como explica Najjar (2011, p. 82-83), demonstrando as influências recíprocas entre o objeto arquitetônico e seu entorno, não somente físico, mas também social, “refletindo, portanto, o jogo de poder, a fricção social existente entre os grupos envolvidos, e gerando mudanças no seio da sociedade” (NAJJAR, 2011, p. 82).

Mas Argan aponta um momento de crise, estabelecido no contemporâneo, e que tem raiz nos valores culturais que definem a sociedade, e por corolário, em sua história. Inclui-se nesse momento de crise a produção artística e de sua arquitetura enquanto “projeto”, ou de uma “vontade de projeto que se manifesta, não somente nas artes [e nem somente na arquitetura], mas em todas as atividades humanas, em toda cultura” (ARGAN, 1998, p. 156).

O ato de projetar tem origem no próprio projeto moderno de cultura, desde Brunelleschi, segundo Argan (1998, p. 156), quando, historicamente, se inicia uma “civilização do projeto”

¹ O termo apresentado por Najjar foi retirado do livro de Leone e Potter. Ver em especial: LEONE, Mark P.; POTTER JR, Parker B. **The recovery of meaning: Historical Archeology in eastern United States**. Washington: Smithsonian Institute Press, 1988.

(ARGAN, 1998, p. 156), ao se substituir os modelos como referência cultural. Diferente do modelo, que é dado e posto como verdade histórica, o projeto se situa como processo crítico e contínuo, dividido em camadas:

Temos então uma primeira camada: o conhecimento histórico. Uma segunda camada, a análise; uma terceira, as críticas; uma quarta, a imaginação” (ARGAN, 1998, p. 158).

Essas camadas se estabelecem como etapas da narrativa própria da arquitetura e do urbanismo enquanto processo de projeto, aquilo que ao mesmo tempo une essas duas disciplinas historicamente, através de uma “dimensão nova e uma escala inteiramente nova” (ARGAN, 1998, p. 159), e as distingue tanto entre si como entre projetos de arquitetura e urbanismo distintos: cada projeto subentende-se uma releitura dessas camadas; cada camada é por definição uma hipótese nova a ser trabalhada e que por fim, gera um projeto diferente.

Aldo Rossi ao traçar sua definição de fatos urbanos, fala da cidade como arquitetura total, algo que está além de sua imagem “visível e o conjunto de sua arquitetura” (ROSSI, 1992, p. 60). A cidade para ele, enfim, seria uma construção temporal pela arquitetura. Arquitetura entendida aqui como um ente coletivo da sociedade, parte vital das relações humanas e suas vicissitudes: “com toda a carga dos sentimentos de gerações, dos acontecimentos públicos, das tragédias privadas, dos fatos novos e antigos” (ROSSI, 1992, p. 62, tradução nossa).

Mas essas narrativas urbanas levarão em conta a realidade da historiografia da arquitetura e urbanismo brasileiros, inseridos na própria realidade latino-americana de ex-colônias que sofreram fortes influências de suas pátrias mães, ao mesmo tempo em que adaptaram as formas europeias ao contexto local e cultural. Waisman explica que o desenvolvimento arquitetônico e urbano latino-americano é um amálgama transcultural, pois as adaptações feitas aqui por interpretações particulares ou circunstâncias “histórico-cultural-tecnológicas locais” (WAISMAN, 2013, p. 59), extrapolaram suas origens pelas influências do “contexto social em todos os seus aspectos” (WAISMAN, 2013, p. 62). Aqui, uma nova narrativa se construiu, mais recente que a europeia e em contínuo desenvolvimento e que por fim, deu origem a outros fatos ou acontecimentos em formato de arquitetura, espaços urbanos, novas paisagens, novos significados. Arquiteturas e cidades que se espelharam na metrópole, mas, que ao fim e ao cabo, são diferentes.

Dentre as grandes narrativas de interesse, têm-se as relações entre as similaridades e diferenças nos conceitos de lugar e espaço; as relações entre forma e função; entre os espaços públicos e privados; as formas de composição arquitetônica a partir das escalas e proporções fornecidas pela geometria; da sustentabilidade como novo discurso e narrativa

histórica da arquitetura e do urbano; além dos estudos históricos da tipologia arquitetônica, da morfologia urbana e da paisagem.

Temas relevantes, trabalhados em suas particularidades enquanto narrativas de uma historiografia espacializada, serão interligadas através do estudo do que se denomina nessa pesquisa de **arquiteturas singulares**, escolhidas pela especificidade de sua importância histórica e urbana de cidades capixabas, como será visto mais adiante.

2. Arquiteturas singulares. Conceito

Enquanto superartefato, a história de uma arquitetura singular se estrutura por meio de suas relações culturais e sociais, dando-lhe tanto a origem como o desenvolvimento dos significados que esta assumirá ao longo de sua existência. Uma arquitetura singular se define como arquitetura – no aspecto amplo do termo – quando marca acontecimentos, ou faz parte desses, na história. É por si própria, um acontecimento: um fato descrito ou que descreve momentos singulares na história e que tem, pela situação de sua existência, a possibilidade de permanência em uma história continuada, ou narrada.

Para Ricouer, os acontecimentos históricos enquanto narrativas, são postos como singulares, tributários de paradigmas que sustentam sua existência (RICOUER, 1994, t. 1, p. 295). Além de singulares, na explicação do autor, ainda são contingentes (RICOUER, 1994, t. 1, p. 295), pois estão na esfera de influência de uma realidade ocorrida ou que pode ocorrer e, também separados (RICOUER, 1994, t. 1, p. 295) por serem singulares; separados no sentido de especiais ou específicos, dentro de um contexto histórico.

Uma arquitetura singular se veste dessas características: é singular tanto por sua situação enquanto arquitetura inserida em um meio urbano e é contingente, pois é transformada ao longo da história (ou não) e é ainda, em sua existência e relações, separada, destinta ou mesmo - e de novo - singular do seu contexto; pois mesmo fazendo parte ou compartilhando sua construção, ainda possui sua autonomia, mesmo que não completa. Sua história enquanto arquitetura é construída por narrativas, sejam elas específicas da arquitetura e do urbanismo – as grandes narrativas – ou, gerais da própria história do meio que a originou.

Enquanto acontecimento ou fato histórico, a arquitetura é também um fato urbano, inscrito na história da cidade, aproximando-se do que postula Ricouer com a definição de Rossi de fatos urbanos, os quais, como explica o arquiteto, são a “construção última de uma elaboração complexa” (ROSSI, 1992, p. 63). A arquitetura enquanto fato ou acontecimento é a concretude das narrativas a que lhe foram inscritas, expressão de sucessivas camadas históricas, de vieses e matizes diferenciados pelo tempo, escala e significância.

As grandes narrativas da arquitetura e do urbanismo estão na origem dos fatos urbanos, pois são os modos significativos e simbólicos de construção da arquitetura: valores culturais,

sociais, econômicos e políticos que influenciaram a arquitetura, sua inserção urbana e a construção última da cidade. A história construindo a história de cada arquitetura; o tempo datando as transformações de cada momento vivido por essas arquiteturas.

O objetivo central da pesquisa é encontrar exemplares capixabas de arquitetura que tenham a possibilidade de participar de modo preponderante na construção das formas urbanas de suas cidades de origem, ao longo da história. Arquiteturas desse tipo têm a capacidade de alterar, promover e induzir transformações urbanas pela influência de seus usos, ao longo da história. As transformações urbanas induzem mudanças espaciais nos tecidos da cidade, com a criação de novos espaços e novos usos.

Além disso, podem vir a reboque transformações estilísticas e compositivas, além de novas funções, que demandam um novo caráter para estes espaços. Sendo tais arquiteturas originárias de tipologias, como uma das grandes narrativas estudadas, podem, portanto, se adaptar às transformações, com novos usos, sem perder sua essência. Em paralelo às transformações, surgem novas paisagens que definem uma época ou momento histórico. Em resumo, como explica Rossi, “[...] com o tempo, a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si mesma. Em sua construção permanecem os motivos originais, mas com o tempo concreta e modifica os motivos de seu próprio desenvolvimento” (ROSSI, 1992, p. 61, tradução nossa).

Cada uma das narrativas tem por pressuposto dessa pesquisa, a característica de contar uma história da cidade; e, unidas, especialmente em uma arquitetura singular, tornam-se parte de sua materialidade, de sua existência e significado. Essas características, por fim, dão sentido e valor a arquitetura, em resposta às críticas de Argan ao estado atual do projetar arquitetura: prédios de arquiteturas singulares – nos tecidos urbanos e em suas paisagens – como hipótese, serão o pano de fundo para se buscar novas conexões entre as narrativas da arquitetura e do urbanismo.

A “arquitetura” se insere aqui como termo amplo, como já dito, pois alberga para si um contexto amplo na mesma medida. Portanto, entende-se que as disciplinas da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo (em sua relação próxima com o conceito de paisagem) são partes fundamentais do projetar a arquitetura: projetar uma arquitetura é interferir quantitativamente e qualitativamente no espaço urbano, alterando de modo significativo a forma urbana ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que essas alterações formais, estéticas e funcionais também interferem na imagem da cidade, ou em sua paisagem, nesse mesmo tempo.

3. O caso exemplar do Palácio Anchieta em Vitória-ES

Ao longo de mais de 400 anos, o antigo complexo jesuítico de São Tiago, na antiga Vila da Vitória, formado por sua igreja e as alas do colégio e residência dos padres, passou por grandes transformações até se cristalizar no atual Palácio Anchieta (Figura 1 e Figura 2); suas funções religiosas foram trocadas pela estrutura governamental (sede do Governo do Estado do Espírito Santo) e espaços culturais, demonstrando o quão se caracterizou a tipologia edilícia jesuítica em sua flexibilidade de usos em terras brasileiras (DIAS, 2014, p. 133).

Figura 1 - O Palácio Anchieta antes das reformas de 1910



Fonte: TATAGIBA, 2008

Figura 2 - Inserção do prédio (centro da imagem) no entorno urbano contemporâneo da cidade de Vitória. Atual aspecto do prédio, após as reformas de 1910 que modificaram a tipologia jesuítica, mantendo-se, de forma parcial, o seu pátio central



Fonte: GOOGLE/PANORAMIO, 2014

O prédio de grandes proporções arquitetônicas e urbanas para o tecido urbano da cidade de Vitória é um dos exemplos de onde a história se fez por um fluxo contínuo de narrativas variadas: marcou a chegada e implantação dos jesuítas, em meados do séc. XVI participando ativamente do florescimento e crescimento urbano da antiga Vila, além de ser exemplar da passagem da vida colonial para o Brasil republicano (DIAS, 2014, p. 133).

A tipologia jesuítica do complexo edifício formado pela igreja e as alas que conformam a tipologia pátio-quadra da arquitetura religiosa jesuítica (DIAS, 2014. P. 184), tem em sua importância histórica a possibilidade de ampliar seu conteúdo originário. O prédio não foi somente sede da Igreja ou não é somente, hoje, sede política do Governo Estadual: foi e é um monumento da história urbana capixaba, em última instância, da cidade de Vitória, desde suas origens coloniais às transformações em que a sociedade passou nos últimos séculos, mantendo-se ainda ativo, símbolo e representante da história que percorreu (DIAS, 2014, p. 133).

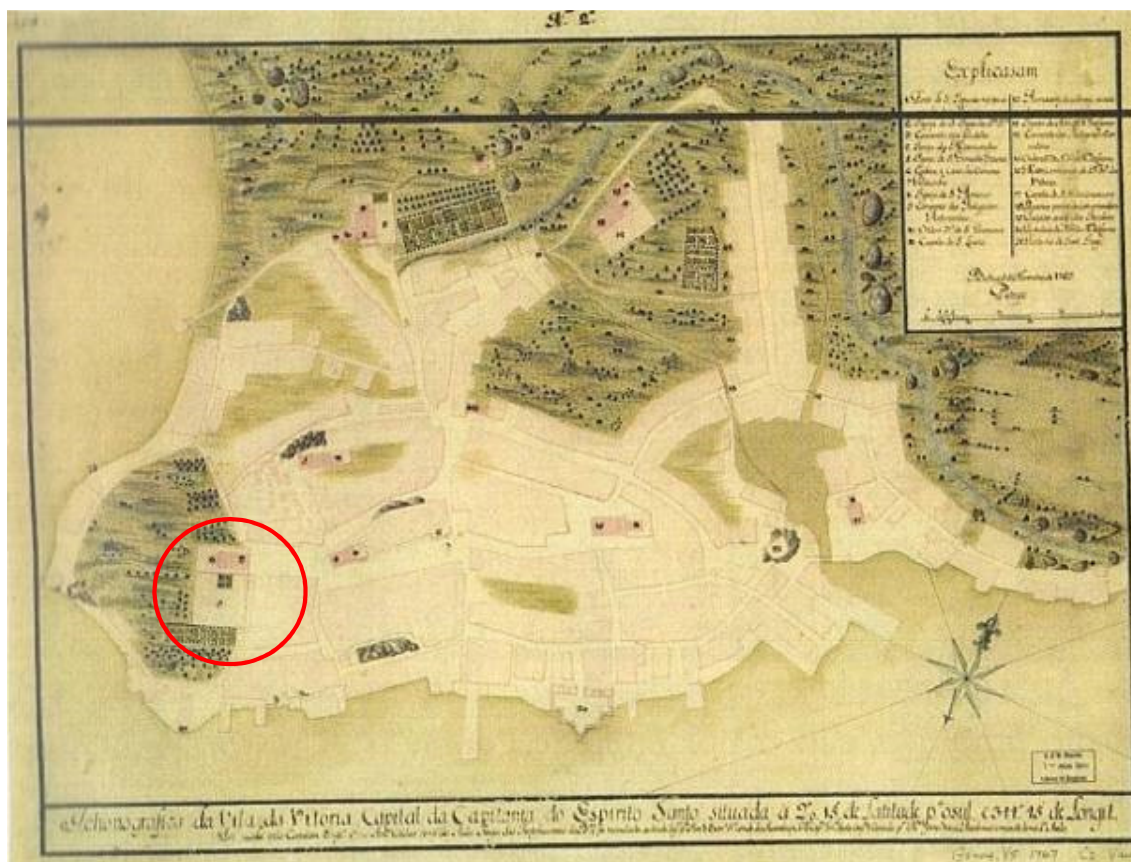
A tipologia jesuítica de São Tiago é tão importante como indutora do crescimento urbano da antiga Vila, como para a história do complexo paisagístico da capital. Sua escala urbana participa da construção da morfologia da cidade, marcando a paisagem que se inicia a partir da metade do séc. XVI, até os dias de hoje, em suas diversas escalas (Figura 3, Figura 4, Figura 5, Figura 6, Figura 7 e Figura 8).

Figura 3 – Em vermelho, área da implantação da Vila da Vitória a partir de 1551, núcleo original e histórico da atual cidade de Vitória



Fonte: SOUZA in SOUZA e RIBEIRO, 2009

Figura 4 – Vila da Vitória em 1767, mapa atribuído a José Antônio Caldas. Em destaque, o prédio jesuítico de São Tiago.



Fonte: SOUZA in SOUZA e RIBEIRO, 2009

Figura 5 - Desenho de José Antônio Caldas, de 1767, da vista da Vila da Vitória. Em destaque, o prédio de São Tiago.



Fonte: REIS FILHO, 2000

Figura 6 – Cartão postal de Vitória do começo do séc. XX (1900), acervo de Carlos Benevides Lima Junior. No centro da imagem, o prédio de São Tiago, já como palácio governamental, mas antes da reforma de 1910



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013

Figura 7 – O atual entorno adensado e verticalizado do Palácio Anchieta (em destaque). Foto do acervo de Flavio Lobos Martins/Fóton. Ver também Figura 2



Fonte: MIRANDA, 2014. Modificado para o presente trabalho

Figura 8 – A consolidação de sucessivos aterros na região central da cidade de Vitória, ao longo do séc. XX amplia sua área urbana, adensa suas construções e ao mesmo tempo, promove a possibilidade da valorização das áreas urbanas pela sucessiva verticalização por que passa a região, nesse momento. Em vermelho, o antigo prédio de São Tiago, atual Palácio Anchieta.



LEGENDA:

- São Tiago - evolução da quadra
- Templos religiosos
- Edificações dos Séc. XX-XXI

- 1 - Capela de Santa Luzia
- 2 - Palácio do Governo (antigo colégio jesuítico)
- 3 - Catedral Metropolitana

- 4 - Igreja de São Gonçalo
- 6 - Convento do Carmo
- 7 - Igreja do Rosário

Fonte: Planta com Restituição Aerofotogramétrica da Cidade de Vitória (ano de 2000). Modificada para o presente trabalho

A história do atual Palácio se enquadra como exemplar de três das grandes narrativas introdutórias dessa pesquisa: a tipologia, a morfologia urbana e a paisagem. Estas são apresentadas aqui em resumo:

- I. Enquanto tipologia se baseia nos exemplares mais singelos desenvolvidos pelos jesuítas no início de sua chegada em terras brasileiras. Um modo simples, fácil e prático de ocupar o lugar que se torna, ao longo do tempo, parte fundamental de uma morfologia urbana colonial: o prédio em quadra, que se adéqua, pelas suas partes ou alas, aos condicionantes topográficos e às necessidades de mais espaço dos padres;
- II. Sua arquitetura, desde sua implantação primitiva mais afastada da Vila, mas, próxima o suficiente da vida religiosa dos fiéis, foi também fundamental para o desenvolvimento urbano de Vitória, como um dos indutores do crescimento urbano bem como para a construção de seu imaginário colonial;
- III. E por fim, a paisagem que o Complexo Jesuítico de São Tiago ajuda a construir é tradicional dentro da historiografia colonial, parte da iconografia de uma cidade antiga que cresce e se molda ao relevo local. Paisagem urbana que teve em seus

prédios religiosos emblemas da fé e proteção espiritual, marcando as alturas de seu sítio e se aproximando do mar, fonte importante para sua vida comercial, econômica e cultural.

4. Concluindo-se pelo princípio: catalogando Linhares e suas narrativas. Primeiros dados coletados

A primeira linha dessa pesquisa será compreender os componentes da história da cidade de Linhares, situada às margens do Rio Doce, ao norte do Espírito Santo, os quais revelaram sua ligação com os últimos momentos da história colonial brasileira. As primeiras ocupações da região são militares: a partir de 1800, o governo da ainda Capitânia do Espírito Santo implanta uma série de quartéis para a proteção estratégica e comercial dessa desejada e importante rota fluvial do início do séc. XIX - Regência Augusta, Coutins, Pancas, Porto de Souza, Lorena e Anádia (ZUNTI, 1982, p. 39-40; DAEMON, 2010, p. 264), mas que já era conhecida pelos portugueses desde 1572 (ZUNTI, 1982, p. 35; DAEMON, 2010, p.143-144).

A cidade de Linhares originou-se de um pequeno povoado criado a mando do Governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre os “escombros” (ZUNTI, 1982, p. 41) de um dos quartéis implantados naquela região – o de Coutins, destruído pelos índios botocudos, em 1808. Em 1809, o povoado implantado recebe o nome de Linhares que da mesma forma que o antigo quartel (e o de Pancas), foi nomeado em homenagem ao Conde de Linhares (Dom Rodrigo de Souza Coutinho), o então Ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos do Reino e Senhor de Pancas e Coutins em Portugal (ZUNTI, 1982, p. 39).

Em pouco mais de dez anos, o povoado de Linhares mal havia florescido, limitando-se a poucos colonos enviados pelo governo (ZUNTI, 1982, p. 42-43). Em 1810, o povoado é elevado à paróquia e entre 1818 e 1819, Rubim manda executar os únicos levantamentos iconográficos (Figura 9) originais da época da então Povoação de Linhares, como registra Daemon:

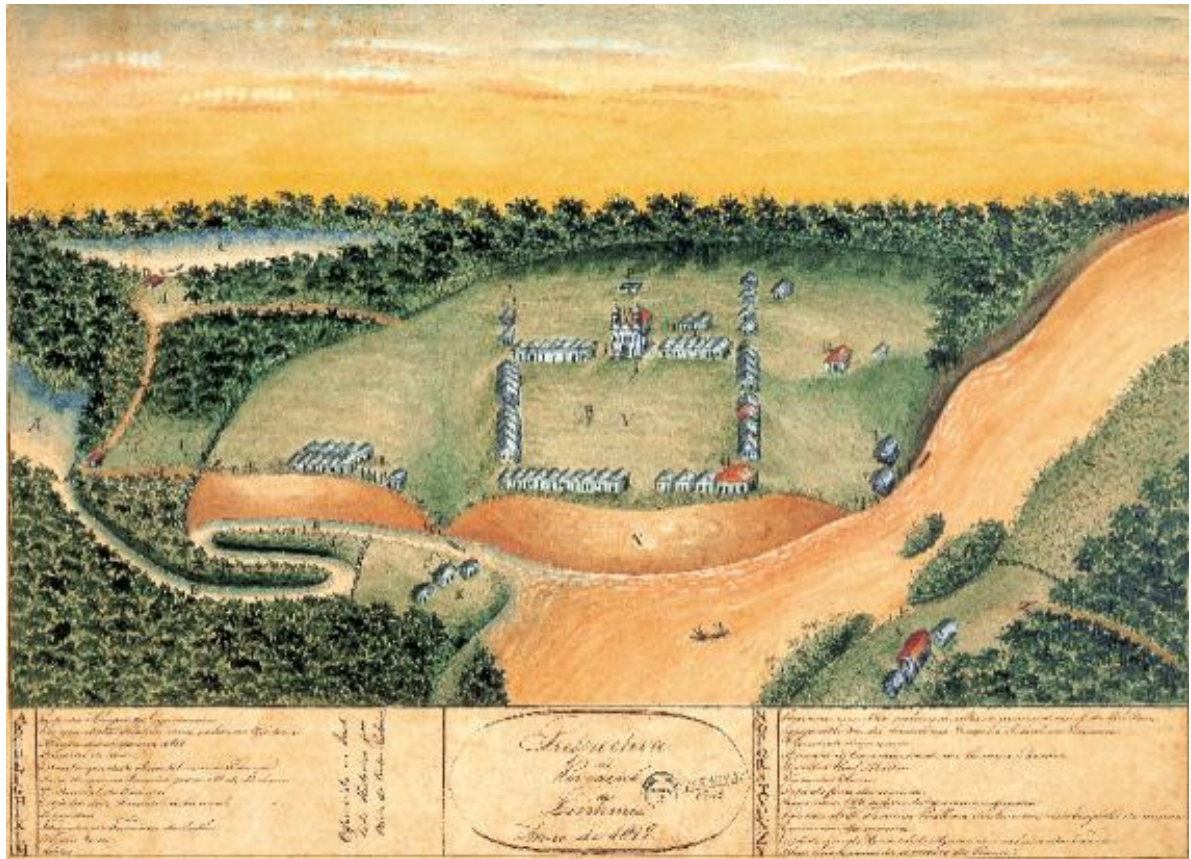
[Em 1818] É levantada por ordem do governador Rubim uma vista e perspectiva da então povoação hoje vila de Linhares, na qual foram demonstrados os edifícios, terrenos adjacentes, estradas e o majestoso rio Doce (DAEMON, 2010, p. 293).

E ainda completa Daemon:

Remete diretamente o governador Rubim em 9 de agosto deste ano, ao príncipe D. João, depois rei D. João VI, a planta topográfica da povoação de Linhares assim como a estatística de sua população e o mapa do Corpo de Pedestres ali existente para defesa de seus moradores; acompanhando ainda

a relação das diversas obras ali feitas e a fazer-se, como fossem as de estradas e Matriz (DAEMON, 2010, p. 298).

Figura 9 – Como descrito no original, "Perspectiva da Povoação de Linhares. Anno de 1819". Ao centro, a atual Praça 22 de Agosto e acima, a Igreja Matriz (hoje, Igreja Velha).



Fonte: REIS FILHO, 2000.

Seu desenho original é de uma praça quadrada (a atual Praça 22 de Agosto) com “162 passos” (ZUNTI, 1982, p. 46), rodeada por casarios e encabeçada em um de seus eixos pela Igreja Matriz (hoje, Igreja Velha) construída em 1817. A implantação desse povoado, segundo Reis Filho, fez parte do processo de reconhecimento da situação urbana da colônia brasileira, por parte da Coroa, a partir de meados do séc. XVIII, com fins de se garantir e definir os limites territoriais entre Portugal e Espanha na América do Sul (REIS FILHO, 2000b, p. 375).

Ainda para o autor, o traçado do novo povoado de Linhares sofreu influência desse momento que advém do período pombalino (1750 a 1777), onde a regularidade dos traçados substituiu o desenho urbano orgânico da urbanística tradicional portuguesa. A vila de Linhares se caracteriza também por ser um dos últimos núcleos urbanos a serem instalados no processo de colonização do território brasileiro (REIS FILHO, 2000a, p. ?), mesmo após a chegada da família imperial ao Brasil, em 1806.

Este primeiro momento da história urbana de Linhares, parte da construção do próprio Espírito Santo, será trabalhado sob duas hipóteses temáticas, *a priori*:

- 1º) Origens portuguesas da cidade de Linhares (ES): Geometria, traçado e urbanística desde o começo do séc. XIX. Através da correlação histórica da criação do povoado de Linhares com os desígnios urbanísticos das últimas décadas do Brasil Colônia, tem-se como hipótese que a atual Praça 22 de Agosto, origem do povoado de Linhares do começo do século XIX, em seu traçado regular, com igreja no vértice, edificações formando os lados dessa poligonal regular, junto com a geografia de Linhares tenham orientado os sucessivos planos regulares que marcaram o crescimento da cidade ao longo do século XX; e
- 2º) Vitória e Linhares, no Espírito Santo: Opostos de uma urbanística de mesma origem portuguesa. Dois momentos distintos da urbanística portuguesa no Brasil, enquanto colônia, presentes no Espírito Santo: a cidade de Vitória do séc. XVI em sua urbanística lusa tradicional (de colina), com as construções acompanhando o relevo e seus prédios singulares em pontos estratégicos; e do outro lado, Linhares dos princípios do Séc. XIX, com seu desenho regular "típica do período pombalino e das décadas seguintes" (REIS, 2000a, p. ?).

As análises se basearão em narrativas historiográficas do desenvolvimento morfológico do tecido urbano da cidade, característico desde os primeiros momentos, na regularidade geométrica da malha retangular que marca a história, a organização espacial e a paisagem da cidade de Linhares (Figura 10). São hipóteses as quais precisam ser trabalhadas pelos dados históricos levantados, e cruzados com o desenvolvimento narrativo proposto.

Figura 10 – Levantamento parcial da cidade de Linhares, tendo em destaque (em vermelho) a área original da Praça 22 de Agosto, localizada entre o grande corpo d'água do Rio Doce e a foz do Rio Pequeno, e a cidade que se desenvolveu a sua volta



Fonte: Planta com Restituição Aerofotogramétrica parcial da Cidade de Linhares (ano de 2000). Modificada para o presente trabalho

Este levantamento histórico será a base do desenvolvimento da pesquisa, em sua segunda etapa: a de levantar, catalogar, analisar e enquadrar, dentro das narrativas apontadas pela pesquisa, as arquiteturas que possam ser denominadas de singulares para a história da cidade de Linhares. Quando definidas, serão apresentadas em trabalhos próximos pela equipe envolvida nessa pesquisa.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. **A história da metodologia do projeto**. In Revista Caramelo, n.06, pag. 156-170. São Paulo: FAU-USP, 1998.

BARTHES, Roland *et al.* **Análise estrutural da narrativa. Pesquisas semiológicas**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DIAS, Fabiano Vieira. **O pátio jesuítico no Palácio Anchieta: narrativas tipo-morfológicas e paisagísticas na cidade de Vitória (ES)**. 2014. 250 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: < <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1188>>

GOOGLE. **PANORAMIO/Google Maps**. Disponível em: <<http://www.GOOGLE/PANORAMIO.com/>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Catálogo da Exposição Vitória em Arte Ano 10**. Vitória, 2013.

MIRANDA, Clara Luiza. (coordenadora). **Memória visual da Baía de Vitória**. Vitória: Facitec-PMV; CAR-UFES, 2004. Disponível em:< <http://legado.vitoria.es.gov.br/Baíadevitoria/>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

NAJJAR, Rosana. **Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 71-91, jan.- abr. 2011

PESSOTTI, Luciene. **Patrimônio ambiental urbano de Vitória: inventário e reflexões acerca das rupturas e permanências coloniais na contemporaneidade**. In: PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto. **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2011

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp [2000a]. 1 CD-ROM.

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial: recursos para a renovação do ensino de História e Geografia do Brasil**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 198, p. 366-379, maio/ago. 2000b.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa (tomo 1)**. Campinas: Papyrus, 1994, t. 1.

ROSSI, Aldo. **La arquitectura de La ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 1992.

SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). **Urbanismo colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro: CTRL C, 2009.

TATAGIBA, José. **A história das primeiras ruas, ladeiras praças e monumentos históricos – Vitória Cidade Presépio**. Vitória: 2008

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. **Panorama histórico de Linhares**. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1982.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.